

SAMORA UMA BIOGRAFIA

1. Assustando o crocodilo (1933-1963)

O jovem que apascentava o gado do pai no vale do Limpopo deve ter sido distraído por qualquer coisa, porque fez aquilo que um jovem camponês africano nunca deve fazer. Deixou um vitelo afastar-se e só se deu conta quando um amigo lhe gritou: «Anda depressa! Um dos teus vitelos está a ser atacado por um crocodilo!»

Muito provavelmente a primeira ideia que passou pela cabeça do rapaz foi a sova que ia apanhar do pai por perder um vitelo. Correu o mais que pôde para o rio e lá, sem a menor dúvida, estava o crocodilo com os dentes enterrados na pata do vitelo. Sem mais demora o rapaz saltou para o rio, gritando e batendo com um pau na água. Por sorte o crocodilo acreditou no seu *bluff*, soltou o vitelo e afastou-se pelo rio abaixo. O rapaz arrastou o vitelo para fora da água pelo rabo, tratou-lhe as feridas com ervas medicinais e acabou por receber, em vez de uma sova, elogios pela sua coragem.

Esta história sobre o jovem Samora é contada pelo primo Paulo e faz agora parte da lenda que cerca a personalidade do falecido dirigente. Aqueles que nunca apascentaram gado numa zona de crocodilos podem menosprezar a história como propaganda do tipo «S. Jorge e o Dragão» destinada a fazer crescer um culto da personalidade. Mas para os africanos que cresceram em famílias criadoras de gado a história é perfeitamente plausível e a reacção de Samora não tão corajosa — provavelmente ele manteve-se a uma distância segura — como astuta e correcta perante as circunstâncias.

A história só tem interesse porque Samora Machel gastou grande parte da sua vida a lutar contra crocodilos de uma espécie diferente, umas vezes vencendo o animal e outras sendo severamente espancado, como veremos mais adiante.

A história de Samora Moisés Machel começa a 29 de Setembro de 1933, em Chilembene, no que é hoje o distrito do Chokwe da província de Gaza. Na altura nasceu no seio de uma família próspera segundo os critérios da época. Essa prosperidade era resultado de um trabalho duro, poupança e boas terras. O pai de Samora era Mandande Moisés Machel. Em 1912, como um sem-número de outros jovens Tsongas de Gaza faziam naquele tempo e fazem ainda hoje, foi trabalhar para as minas na África do Sul. Era um trabalho esgotante e perigoso, mas o sistema de trabalho migrante dominava a economia do Sul de Moçambique e os jovens fisicamente capazes não tinham grande escolha senão ir para as minas.

O jovem Mandande conseguiu poupar o suficiente para comprar a sua primeira charrua no início da década de 20. Comprou gado e, depois, mais charruas.

Por volta de 1940 a família Machel tinha quatro charruas, centenas de cabeças de gado e fazia agricultura em 30 hectares de solo rico, margoso, nas margens do rio Limpopo, que fazia de Chilembene uma das áreas mais prósperas e densamente povoadas do Sul de Moçambique.

Em Setembro de 1983, oito meses antes de morrer, Mandande recordou Samora em criança. As reminiscências eram muito as de um pai orgulhoso e eram, talvez, retrospectivamente coloridas, mas dão-nos uma vista de olhos sobre os primeiros dias do homem que se viria a tornar um herói popular africano.

Ele era o meu terceiro filho. Nós educámo-lo e ele foi sempre obediente, como os irmãos. Ouvia o que lhe dizíamos e respeitava-nos [...] Quando era rapaz trabalhava duro e bem. Tratava do gado e trabalhava na machamba. Pegava na charrua comigo e com os irmãos [...].

Samora Machel vinha de uma tradição de resistência contra a dominação colonial portuguesa. O seu avô paterno foi um combatente na guerra de resistência dirigida pelo imperador de Gaza, Gungunhana, que foi capturado (ou se rendeu; as versões diferem) e mandado para o exílio em 1895. O chefe do Estado-Maior do exército de Gungunhana, um general chamado Maguiguane Khosa, manteve a luta durante mais dois anos antes de ser igualmente derrotado.

O Império de Gaza tinha sido estabelecido no princípio do século XIX pelos Ngunis, dirigidos por Soshangane, que tinha vindo do que é hoje a África do Sul. Soshangane conseguiu estabelecer a sua autoridade sobre os Tsonga e outros povos da área e Gungunhana herdou um império de um tamanho considerável que desafiava directamente os esforços dos portugueses para conseguir algo mais do que o controlo nominal do Sul de Moçambique.

Nas guerras da década de 1890, Maguiguane Khosa foi capaz de levantar um exército de cerca de 20 000 homens, incluindo oficiais tsongas, como o avô de Samora Machel.

As memórias da guerra de resistência em Gaza vão sendo transmitidas oralmente e meio século mais tarde Samora iria ouvir os velhos a recordar o avô Machel e as cicatrizes no seu corpo feitas pelas balas dos portugueses. Mas, como ele lembraria muitos anos mais tarde, as histórias não eram só sobre heroísmo: «O meu pai costumava contar-nos a brutalidade da invasão [portuguesa], a desumanidade da invasão, a maneira como tratavam as pessoas que eram feitas prisioneiras.»

No tempo em que Samora Machel crescia havia — e ainda há hoje — em Chilembene um grande, proeminente símbolo da resistência em Gaza. É uma árvore velha e esplêndida, a cerca de uma hora de caminho da casa onde Samora foi criado. A sua generosa copa de folhas e ramos fazia dela uma escolha natural para Maguiguane receber visitantes e as pessoas da zona dizem que era lá que ele presidia à sua corte. Era também um lugar útil para os jovens pastores da Chilembene deste século apanharem alguma sombra enquanto guardavam o gado da família e para meditar sobre o passado, o presente e o futuro. Diz--se que o jovem Samora era visto muitas vezes debaixo daquela árvore; e se as glórias do Império de Gaza estavam entre os seus pensamentos, também o deviam estar as peculiaridades do colonialismo português no seu próprio tempo.

Como este assunto parece ter tido uma influência significativa no posterior desenvolvimento das suas ideias políticas, vale a pena citar, com algum detalhe, as reminiscências de Samora numa conversa, em 1974, com o académico canadiano John Saul. Ele começou por descrever a região onde nasceu como rica e fértil, onde as pessoas eram camponesas mas não eram pobres, e continuou:

Alguns eram mesmo ricos. Algumas pessoas, consideradas muito importantes, possuíam tractores e charruas, criavam gado e produziam vários cereais [...]

Nós queríamos compreender os fenómenos do comércio, da compra e da venda, e o meu pai costumava explicar-nos essas coisas com histórias sobre a dominação. Não eram as pessoas que produziam as coisas que fixavam os preços. Não eram eles que escolhiam a quem queriam vender os produtos.

Todos os africanos na nossa região estavam enquadrados pela administração colonial. Era a administração colonial que recrutava os compradores. Todos os cereais produzidos por africanos eram comprados por comerciantes recrutados pelos administradores. Os comerciantes queriam comprar mas não queriam ir directamente aos produtores. Queriam fazer os contactos através da administração.

A administração fixava os preços naquilo a que chamava a feira — a Feira dos Cereais. Por outras palavras, a Feira dos Cereais era uma forma de explorar o trabalho do camponês africano [...] A verdadeira essência das coisas está nesta produção e troca de produtos agrícolas, porque éramos obrigados a vender os nossos produtos aos comerciantes a preços fixados pela administração.

Por exemplo, nós produzíamos e vendíamos um quilo de feijão a três escudos e cinquenta centavos enquanto os agricultores europeus produziam e vendiam a cinco escudos o quilo. E no dia a seguir a termos vendido as nossas colheitas tínhamos que comprar esses mesmos produtos a seis escudos — o dobro do preço que nós tínhamos recebido.

Se, ocasionalmente, por um acordo especial, conseguíamos vender directamente a um fornecedor ou comerciante (por exemplo a quatro escudos o quilo) éramos obrigados a receber o pagamento metade em dinheiro e a outra metade em produtos [...].

Ainda por cima não podíamos ser comerciantes. Os «indígenas» não podiam praticar nenhuma forma de comércio. Apenas podiam produzir para os comerciantes europeus.

As vacas dos africanos não eram registadas e não podiam ter a marca dos seus donos. Isto permitia aos agricultores europeus roubar gado dos africanos. Por vezes gado pertencente aos «indígenas» misturava-se com o gado pertencente aos europeus e, quando isso acontecia, os europeus marcavam-no imediatamente — o mesmo acontecia com carneiros e cabras — e assim aqueles animais passavam automaticamente a pertencer a esses europeus.

Depois havia a imposição de determinadas culturas por parte da administração — o sistema do algodão. A cultura do algodão é de tal forma que impede qualquer outra actividade. É um produto que requer muita atenção e, conseqüentemente, resultou em fome na nossa região. Muitas pessoas morreram de fome por causa do algodão.

Nós vivemos isto tudo e os nossos pais falavam-nos disto para nos fazerem entender que esta era a natureza da dominação externa. E isto significava falarem-nos sobre a penetração portuguesa e a resistência à sua brutalidade e crueldade.

Nesta região os homens são igualmente forçados a ir para a África do Sul. São vendidos às minas sul-africanas. E, enquanto um homem está na África do Sul, a esposa é levada para trabalhar durante seis meses na construção de estradas, nas construções dos comerciantes e nos campos dos agricultores europeus.

SAUL — A venda de trabalhadores para a África do Sul deve ter afectado a sua própria família.

SAMORA — Perdi muitos parentes na África do Sul. Alguns voltavam com tuberculose, sem membros, mutilados, cegos, completamente inválidos e sem indemnização. Outros morreram na África do Sul. Por exemplo o meu irmão mais velho. Quando ele morreu nas minas da África do Sul o meu pai recebeu uma nota da administração a dizer que devia lá ir para receber uma indemnização de 40 libras. Mas disseram que não podiam entregar a quantia toda de uma vez. Só podia levar 10 libras e o resto ficaria no cofre da administração onde ele deveria ir pedir pequenas quantias quando precisasse.

SAUL — Lembro-me de outra história de exploração, nesta zona, que aconteceu em 1950, a exploração da terra.

SAMORA — Esse foi o maior drama. As charruas e tractores daqueles que eram agricultores hoje estão sem utilidade. Todos aqueles que tinham boas casas, de alvenaria, foram expulsos para dar lugar aos colonos e obrigados a viver numa única divisão. A nossa terra foi expropriada e entregue aos colonos. Hoje não há nenhum agricultor africano na minha região. Toda a terra foi entregue a colonos sem nenhuma compensação [...] Os africanos foram colocados em terras áridas que não produzem nada, enquanto as regiões entregues aos colonos são irrigadas pelo rio Limpopo (!).

Em 1942, quando Samora tinha nove anos, surgiu a possibilidade de ele ir para a escola. O pai decidiu que se devia aproveitar essa oportunidade de forma que disse a Samora para pousar a enxada e preparar-se para os estudos.

Foi um período difícil para um jovem de uma sólida família protestante começar a ir à escola porque isto passava-se logo a seguir a os portugueses entregarem aquilo a que chamavam «educação indígena» à Igreja Católica. A família Machel era Metodista Livre, sem grande vontade de enviar o filho para uma escola católica, mas era isso ou nada.

Esta imposição, em troca do apoio do Vaticano ao Estado fascista de António Salazar, enraiveceu muitos jovens moçambicanos. No caso de Samora Machel a raiva não derivava tanto de uma piedade protestante ferida — não há nenhuma indicação de que ele alguma vez tenha sido um grande crente — mas da percepção de que o objectivo era, nas suas palavras, «não educar mas ensinar doutrina [...] O objectivo principal da Missão era endoutrinar-nos, fazer de nós católicos romanos».

Samora foi para uma escola rural em Souguene, nas margens do Limpopo, para estudar até ao mais alto nível possível nessa escola — que era conhecido em português como «terceira classe». O seu significado é terceiro ano de educação primária. E é o que a expressão significa, de facto, no Moçambique pós-independência. Mas não era o que significava, na prática, naquela altura. Com muito do tempo dos estudantes ocupado com a educação religiosa, o completar dos três anos de «educação rudimentar» levava seis ou mais anos. «Havia a primeira A, a primeira B, a segunda atrasada, a segunda adiantada, a terceira atrasada e a terceira elementar», recordou Samora três décadas depois de ter iniciado a escola. Portanto ele devia ter 14 ou 15 anos quando passou para a escola da Missão de S. Paulo de Massano, para tirar a quarta classe, única hipótese de um africano se preparar para um emprego que requeresse mais do que trabalho manual. Esta experiência parece apenas ter aprofundado a sua repugnância pelo sistema de educação da época. Ele próprio afirmou:

Os nossos pais tinham que entregar dez sacos de milho e cinco sacos de feijão de cada tipo. Para além disso tínhamos que produzir arroz na missão [...] e também produzíamos batatas e bananas. Por outras palavras, nós produzíamos e ainda pagávamos para produzir, porque todos os anos os nossos pais tinham que pagar as nossas propinas na missão. Dormíamos em esteiras e as mantas eram trazidas pelos nossos pais. Não recebíamos absolutamente nada da missão a não ser o professor. Comíamos farinha de milho dura com um molho feito de amendoim, água e sal. E se alguns alunos não saíram com os fígados destruídos ou com tuberculose foi só pela força da resistência humana. E o milho era cuidadosamente medido com um objecto especial de madeira que indicava o número de gramas. Eu não sei quanto era mas eles sabiam com certeza.

É neste período da vida de Samora Machel — o fim dos anos 40 — que encontramos os primeiros sinais registados do político nascente nele. Antigos colegas de escola dizem que ele era conhecido como «O Rebelde» e que, uma vez, fugiu da escola como protesto.

Curiosamente, no entanto, ele sabia quando tinha que fazer compromissos. Poucos dias antes do exame da quarta classe os padres colocaram-no perante a escolha: ou se baptizava como católico ou não fazia exame.

Ele engoliu a pílula e fez o exame. E passou.

Então chegou outro teste. O regime colonial português queria os africanos educados no mercado de trabalho logo que tivessem a quarta classe. «Não estamos aqui para formar doutores», como disse um ideólogo português da época.

O jovem Samora, contudo, queria continuar os seus estudos. Muito bem, diziam os padres, podes ir para um seminário e estudar para ser padre. Não havia outra alternativa. Ou era o seminário ou o mercado de trabalho, apesar das notas no exame e boas provas dadas a nível académico que lhe deveriam permitir entrar para o ensino secundário.

O baptismo por chantagem e a escolaridade do tipo «sacer-dócio-ou-nada» não eram armas inventadas por um padre vingativo apenas para usar contra Samora Machel. Era assim que um africano que conseguia acesso à escola no Moçambique colonial era tratado. Muitos dos contemporâneos de Samora que, como ele, participaram na luta pela independência, tiveram experiências similares.

Samora, mais tarde, recordou a sua reacção à proposta de ir para o seminário:

Eu disse que não, que não ia. Queria ter educação secundária. Era normal. Eu não queria essa coisa do seminário. Então eles foram falar com o administrador e bloquearam tudo e, portanto, não consegui entrar na escola secundária. Fui para Lourenço Marques (a capital, agora Maputo) mas isso também não funcionou. Os padres travaram-me.

Consegui, no entanto, entrar para a profissão de enfermeiro, uma das posições mais elevadas a que um africano podia aspirar naqueles dias. Primeiro teve que regressar a Gaza, para conseguir a sua documentação toda na capital provincial, Xai-Xai. Enquanto lá esteve, em 1951, trabalhou como praticante no hospital local.

Em 1952 começou um curso de enfermagem em Lourenço Marques, onde foi colocado no Hospital Miguel Bombarda, o maior hospital da cidade.

Os estudantes de enfermagem negros estavam alojados em condições terríveis, num dormitório tipo caserna com más condições sanitárias. Colegas de Samora recordam que havia três longas filas de camas estreitas numa única sala. Mais de 75 estudantes de enfermagem dormiam nessa sala, que era no mesmo edifício de uma ala do hospital para doentes psiquiátricos. Entre as duas salas havia apenas uma divisão em madeira que não chegava ao tecto. David Muteto, que era o encarregado do dormitório quando Samora lá viveu, diz, com um sorriso entre-dentes: «Havia com frequência muito barulho durante a noite, quando os doentes mentais ficavam agitados, e, muitas vezes, eles saltavam por cima da divisão para o lado do nosso dormitório. Não faziam isso todas as noites, claro. E os estudantes eram muito compreensivos.»

Em 1987 perguntei a um grupo de cinco colegas de Samora, ainda vivos, como é que eles passavam as noites naquele dormitório. «Estudávamos», responderam todos em coro. Durante o dia eles ou estavam nas aulas ou a trabalhar no hospital. Era uma semana de trabalho de 60 horas.

Os estudantes colavam fotos na parede por trás das suas camas. Não fotografias de políticos, claro, porque isso seria uma forma segura de ser expulso.

As fotos que Samora colou eram de heróis do boxe da época e dos anos antecedentes — homens como Joe Louis, Jack Dempsey, Jersey Joe Walcott e Archie Moore. Ele costumava manter os estudantes encantados com entusiásticas descrições, golpe por golpe, dos maiores combates. Fazia ginástica todas as manhãs para se manter em forma e, embora nunca tenha tomado parte num combate, o seu fascínio pelo desporto fez com que fosse alcunhado de «Jack Dempsey» na camarata.

Aurélio Manave, um estudante de enfermagem dessa época, que se tornou um amigo para toda a vida do futuro Presidente, recorda que Samora era um dos estudantes que discutia as questões de política internacional pela noite fora. O Gana de Nkru-mah, o Presidente Mão e a revolução chinesa, a guerra da Coreia e o Egipto de Nasser. Dias intensos, cheios de tentações para jovens moçambicanos com ideias nacionalistas. Dias de formação para o jovem Samora.

Embora se desse bem com os colegas, Samora tinha problemas com alguns dos médicos portugueses. Basicamente o problema era o facto de ele responder quando criticado, o que não era normal um africano fazer naquela época. «Ele costumava discutir com eles quando se apercebia de uma injustiça», disse um velho amigo dos tempos de estudante. Continuava a ser «O Rebelde». No fim dos dois anos do curso este tipo de comportamento valeu-lhe uma

reprovação. Os antigos colegas insistem que esta reprovação não tem nada a ver com o trabalho dele e os resultados do seu estudo, que eram excelentes. Mas teve que repetir um ano. Teve o grande prazer de irritar os chefes e ser o segundo melhor do curso em 1954.

Samora tornou-se enfermeiro a tempo inteiro em Lourenço Marques e, em 1956, foi colocado no pequeno hospital na ilha da Inhaca, do outro lado da baía, em frente à capital. Lá passou a viver maritalmente com Sorita Tchaiakomo, uma rapariga do clã Nhaca, proeminente na ilha. Sorita deu-lhe dois filhos — Joscelina e Edelson — antes de ele se mudar para Lourenço Marques, em 1958. Nos anos até 1963, que iria ser um ano determinante na vida de Samora, o casal teve mais dois filhos, Olívia e Ntewane.

Política no hospital

De volta à capital Samora passou a residir em 1958 numa casa de madeira e zinco no bairro suburbano da Mafalala. Trabalhava no Hospital Miguel Bombarda mas, por essa altura, tinha vontade de subir no mundo da enfermagem. Queria fazer um curso de enfermagem avançada naquilo a que os portugueses chamavam nível «europeu». Para frequentar este curso um africano tinha que ter alguns anos de experiência de enfermagem, que Samora tinha, e o ensino secundário até ao 6.º ano, o que ele não tinha. Não tinha sequer o 5.º ano. Começou então a frequentar aulas nocturnas, que lhe custavam 350 escudos por mês, tirados de um salário de 1300 escudos.

O professor era o Dr. Adalberto Azevedo, que dava aulas a africanos na garagem da casa do pai. Depois das aulas Samora e os colegas costumavam contar o dinheiro e, se fosse suficiente, paravam num bar a caminho de casa. A Cervejaria Angola era a preferida para uma cerveja e um pouco de conversa.

Mas não havia tempo para uma vida agitada. Era trabalho todo o dia e estudo toda a noite. Samora completou os dois anos do curso secundário em um ano apenas. Iniciou então o curso de enfermagem avançada, continuando a trabalhar no Hospital Miguel Bombarda.

Aquele trabalho fê-lo entrar em contacto com formas de discriminação crua. Pouco depois da independência explicava:

No hospital havia várias categorias ou classes que correspondiam à estrutura socio-racial do colonial-capitalismo, passando desde o colonialista branco ao «assimilado» até ao «indígena» [...] Existia um desinteresse total pelo doente pobre, que se manifestava na atitude como ele era observado pelo médico ou pelo enfermeiro, na falta de higiene das próprias instalações, no liberalismo e na total ausência de disciplina entre os trabalhadores. No Hospital o nosso povo era usado como cobaia, para se experimentarem novos medicamentos e certas operações que, caso dessem resultado, eram posteriormente aplicados aos burgueses nas clínicas e consultórios particulares [...] Para além da assistência precária o doente era tratado de acordo com as suas possibilidades económicas ⁽²⁾.

Samora não precisava de poderes de observação especiais para ver a injustiça inerente ao sistema médico colonial. Quase todos os negros — e os brancos pobres enviados de Portugal — sentiam essa experiência na sua vida do dia-a-dia. Havia mais médicos privados numa rua de Lourenço Marques do que doutores em todo o resto do país. Disse Samora: «Eminentes médicos e professores universitários são chamados para tratar a gripe do capitalista, para curar a constipação do juiz, enquanto ali perto há crianças a morrer, há pessoas a morrer porque não têm dinheiro para chamar um médico.» ⁽³⁾

O que foi excepcional no enfermeiro Machel foi que ele saiu desta experiência no hospital com uma análise séria dos efeitos do sistema colonial-capitalista no hospital.

As estruturas do Hospital Miguel Bombarda tal como todas as estruturas do aparelho colonial eram:

Primeiramente: estruturas rígidas, individualistas e burocráticas.

Dois: estruturas que inibiam a iniciativa e impediam a participação dos trabalhadores na vida do hospital. O poder era absoluto e centralizado.

Em terceiro lugar: estruturas que alienavam os trabalhadores, fazendo deles seres irresponsáveis. Onde há irresponsabilidade encontra-se também a infantilidade. E as consequências são desastrosas.

Independência nas colónias portuguesas nunca foi legal como foi, por vezes, em colónias britânicas e francesas.

O movimento nacionalista moçambicano desenvolveu-se em, pelo menos, três áreas diferentes. Foram formadas organizações de exilados nos países vizinhos; estudantes e outros intelectuais na Europa tomaram parte na criação de um movimento anti-colonial envolvendo todas as colónias portuguesas; e o povo no interior de Moçambique actuava através de associações sociais, culturais, religiosas, cooperativas e desportivas e grupos políticos clandestinos.

Isto sem menosprezar a importância de outras formas de resistência contra a opressão colonial, como a acção trabalhista, mas que raramente eram expressão de nacionalismo.

Samora esteve envolvido na complexidade e nas frustrações da cena política nacionalista de Lourenço Marques.

Durante muitos anos parecia que todos os caminhos para a independência estavam bloqueados. O simples facto de dizer que Moçambique era um país e não uma província portuguesa era considerado traição. A pesada repressão do Estado português tornava muito difícil para os negros agruparem-se, fora da sala de aula, dormitório ou local de trabalho, para qualquer coisa de mais provocatória do que um jogo de futebol.

O regime fez igualmente tudo o que lhe foi possível para evitar a mistura entre as raças e classes, na medida em que isso poderia encorajar a ideia de uma nação moçambicana. Portanto, quando os filhos mulatos de pais brancos e mães negras tentaram vincar a sua africanidade trabalhando com negros na Associação Africana, uma organização cultural, as autoridades manipularam a criação de um grupo dissidente só para negros, o Centro Associativo dos Negros da Província de Moçambique. E quando nacionalistas instruídos entraram para esse novo grupo, começando a dar aulas aos seus compatriotas menos privilegiados, a polícia secreta fechou-o.

Quando antifascistas brancos assumiram o controlo da Associação dos Naturais de Moçambique, um clube para brancos nascidos em Moçambique, abriram-na a pessoas de todas as raças e tentaram iniciar uma escola nocturna. Não foram autorizados e a própria associação foi banida em 1961, ficando fechada durante alguns anos.

O *apartheid* nunca foi política oficial na África Oriental Portuguesa, como Moçambique foi chamado durante algum tempo no período colonial, mas era apenas uma questão de terminologia. Segregação racial, *apartheid*, chame-se-lhe o que se quiser: era esse o sistema que imperava. Existia em todos os aspectos clássicos da África do Sul. A máquina de propaganda do regime colonial português espalhou a história de que não havia discriminação racial nas colónias portuguesas africanas de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Mas a ostentação colonial de uma sociedade multirracial lusitana era um mito. A cor da pele era um factor determinante para o local onde se vivia, onde se trabalhava, para o tipo de educação que uma criança recebia e a discriminação estendia-se até às actividades de lazer e ao desporto. Samora, como adepto do boxe, teria notado que, em Moçambique, não era permitido que negros praticassem o boxe contra brancos.

Contudo, na sua qualidade de negro no Moçambique colonial, a discriminação nos ringues de boxe era a última das preocupações de Samora. Aquilo contra que ele se revoltava era todo o sistema de trabalho forçado, a repressão da consciência nacional e a humilhação institucionalizada dos africanos.

Envolveu-se na actividade política clandestina da época: os encontros nocturnos secretos de homens e mulheres que pretendiam espalhar uma consciência nacionalista moçambicana, um pré-requisito para a remoção do poder colonial da sua terra.

No entanto, não tinham uma grande ideia de como atingir esse objectivo. Dentro de Moçambique era difícil ir além da «subversão» da palavra falada. Nos países vizinhos os grupos de exilados moçambicanos estavam divididos por diferenças étnicas e regionais e pareciam atarantados com o pensamento de que Portugal acabaria por sucumbir à força dos argumentos anti-coloniais, desistindo sem lutar.

Em 1961, no entanto, os jovens nacionalistas ganharam novas esperanças com a chegada a Lourenço Marques de um homem que parecia ter as qualidades necessárias para unir o movimento e dar-lhe uma direcção.

O seu nome era Eduardo Chivambo Mondlane. Jovem brilhante, tinha ido estudar para a África do Sul nos anos 40. Depois do seu regresso a Moçambique em 1949 apoiou a formação do NESAM, o Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique, um grupo cultural e social protonacionalista.

Foi preso e interrogado sobre as suas actividades e foi, mais tarde, enviado pelas autoridades para estudar em Portugal. Consideravam que ele «tinha sido infectado com um vírus comunista que poderia afectar outros em Moçambique» (7). Incomodado pela polícia

secreta em Portugal, seguiu para os Estados Unidos onde completou os seus estudos universitários em sociologia e antropologia, tendo depois obtido um lugar como investigador no Departamento de Curadoria das Nações Unidas (NU).

Meteu férias das NU para fazer uma visita de três meses a Moçambique em 1961 e viajou por muitas zonas sob a protecção da sua posição como funcionário internacional.

Em Lourenço Marques foi hóspede da Missão Suíça, que lhe concedeu alojamento. O seu estatuto impossibilitou as autoridades coloniais de o impedirem de realizar encontros em sua casa com jovens moçambicanos que, tal como ele, sonhavam com a libertação. Mondlane tinha a visão de um movimento nacionalista unido que conduziria o seu país para fora da noite colonial em direcção à aurora da liberdade. Unidade, direcção, formas de luta — estes eram os temas quentes discutidos na casa de Mondlane.

A clareza de pensamento de Mondlane, o seu engajamento e determinação, foram uma inspiração para os jovens que conversavam com ele pela noite fora, aceitando de boa vontade serem infectados pelo seu «vírus comunista».

Um homem que manteve como um tesouro até ao fim dos seus dias a recordação desses encontros foi o enfermeiro do Hospital Miguel Bombarda, Samora Moisés Machel. Ele reconheceu que o povo moçambicano tinha encontrado, por fim, um dirigente. Ninguém teve maior satisfação que Samora quando a Frente de Libertação de Moçambique, FRELIMO⁽⁸⁾, foi formada em Dar-es-Salam, no ano seguinte, sob a direcção de Mondlane. A partir desse momento a única questão para Samora Machel era como e quando se juntaria ao novo movimento.

A mesma questão preocupava os homens que tinham estado na sombra, do outro lado da rua em frente à casa de Mondlane, a verificar quem entrava. Tinham o título grandioso de Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), o que significava, de facto, a polícia política portuguesa.

Lemos Macuacua, um dos colegas de enfermagem de Samora, diz que a PIDE andava constantemente atrás de Samora a partir dos encontros com Mondlane. Em 1962 Samora foi duas vezes chamado para interrogatórios.

O socorro de Victor Hugo

Nas redes clandestinas um nacionalista conhecia alguns dos seus camaradas, mas apenas alguns. Quando a PIDE começou a actuar em Moçambique, começou a infiltrar as redes. Era difícil saber quem era amigo e quem era inimigo.

A PIDE começou a prender nacionalistas em 1961. Até alguns brancos foram parar à cadeia por apoiarem a causa da liberdade. No princípio os brancos que se consideravam moçambicanos e eram favoráveis à independência sob um governo de maioria encontravam-se numa posição particularmente vulnerável. Tinham confiado nos portugueses apoiantes do democrata Humberto Delgado e tinham falado livremente com eles no final da década de 50. Isso foi um erro. Muitos desses «democratas» portugueses queriam uma solução para o problema dentro do sistema colonial e traíram os brancos «africanizados» junto das autoridades.

Um dos jovens brancos que foi apanhado pela PIDE em 1961 era um delegado de propaganda médica de uma empresa farmacêutica, João Ferreira. Passou na prisão o período entre Maio e Outubro. Ferreira tinha tomado uma decisão consciente de se ligar ao movimento de libertação moçambicano em vez dos «democratas» portugueses.

Ferreira recorda que, no início dos anos 60, foi em serviço ao Hospital Miguel Bombarda e, entre as enfermarias que visitou, esteve na 13.^a, onde trabalhava Samora. Era uma enfermaria para pobres, onde eram experimentadas novas drogas, uma situação desagradável para os dois homens mas que permitia contactos importantes.

E o contacto nunca foi mais importante do que naquele dia de 1963 em que Ferreira passou por uma enfermaria onde descobriu um paciente que ele e Samora conheciam, um homem chamado Victor Hugo. O homónimo do escritor francês chamou a atenção de Ferreira e disse-lhe que precisava de falar com ele. A conversa foi breve. O paciente tinha sido visitado pela PIDE pouco depois de entrar no hospital. No decurso do interrogatório transpirou que os agentes da PIDE tinham a impressão de estar a interrogar uma pessoa completamente diferente — Samora Machel.

Victor Hugo chegou à conclusão de que Samora tinha sido traído por um infiltrado que se apresentava como uma pessoa que estava a planear juntar-se à Frelimo. Hugo sugeriu que Ferreira procurasse o amigo comum e o avisasse. Ferreira encontrou Samora na enfermaria 13, chamou-o à porta de trás e, no resguardo das escadas traseiras, deu-lhe as más notícias.

Samora não ficou à espera da inevitável prisão. Pediu umas férias de 11 dias, a que tinha direito, e foram-lhe concedidas. Falou com um médico português amigo, Lomba Viana, para olhar pela sua família e, a 4 de Março, deixou Lourenço Marques. Apanhou o *ferry-boat* para a Catembe e seguiu para o distrito de Matutuine, de onde passou para a Swazilândia. Depois foi uma corrida através da África do Sul até ao Botswana, de onde procuraria arranjar transporte até à Tanzania para se juntar ao novo movimento de libertação unido, a Frelimo.

Poucos dias depois da saída de Samora, a PIDE foi ao hospital e levou Lemos Macuacua para interrogatórios na sede da polícia secreta, a famosa *Vila Algarve*. Queriam saber onde estava Samora. De férias, disse Macuacua, tentando não piscar os olhos, embora soubesse perfeitamente para onde tinha ido o amigo. Fez figura de inocente e foi libertado.

Ferreira não ficou muito atrás de Samora. Poucas semanas mais tarde ele e um oficial da Força Aérea Portuguesa, Jacinto Veloso, pegaram num avião e voaram para a Tanzania onde também se juntaram à Frelimo. Ambos se tornaram ministros no Moçambique independente. Aurélio Manave também aderiu à Frelimo e foi governador provincial após a independência.

Ferreira, que era ministro da Agricultura ao tempo da morte de Samora, recorda uma conversa que tiveram, anos depois da independência, em que falaram da sua conversa nas escadas de trás no hospital. Samora tinha estado no degrau superior e Ferreira no de baixo. De acordo com as regras da etiqueta daqueles dias devia ter sido o contrário e, na conversa depois da independência, Samora brincou: «Estás a ver, Ferreira, já nessa altura eu era teu chefe.»

Ferreira lembra também um ponto interessante sobre a reacção de Samora ao aviso de que a PIDE andava atrás dele como resultado da traição de um infiltrado. «Em todas as revoluções há traidores», disse Samora.

«Revolução», cismou Ferreira. «Já em 1963 ele falava de revolução.»

(¹) Uma transcrição da conversa de Samora com John Saul, em Dar-es-Salam, foi dada ao autor pela Frelimo em 1974, como enquadramento para um perfil que mais tarde apareceu na revista americana *Africa Report*. Até ao momento da morte de Samora esta conversa era a única história detalhada da sua infância pelas suas próprias palavras e livremente disponível para publicação. Todas as recordações de Samora sobre a infância citadas neste capítulo são provenientes dessa conversa. Antes de o documento me ser entregue Samora teve a oportunidade de o rever e lhe fazer alterações. Um interessante tributo à sua modéstia é que as únicas alterações que fez foi substituir a palavra «eu» pela palavra «nós».

(²) Discurso no Hospital Central de Maputo, numa reunião do Hospital Miguel Bombarda e do Hospital da Universidade, a 6 de Outubro de 1976.

(³) Citado em *Moçambique Revolution*, n.º 58 (Jan-Mar de 1974), p. 13.

(⁴) Discurso no Hospital Central de Maputo já citado.

(⁵) *Ibidem*.

(⁶) Pormenores deste processo podem ser encontrados na obra de Barry Munslow *Mozambique: the Revolution and its Origins*, Harlow, Longman, 1983 e em *Mozambique: from Colonialism to Revolution*, de Allen e Barbara Isaacman, Boulder, Colorado, Westview Press, 1983, Zimbabwe Publishing House, Harare, Zimbabwe, 1995.

(⁷) *Mondlane, Eduardo*, *The Struggle for Independence in Mozambique*, mimeo, 1963, p. 7.

(⁸) Oficialmente a sigla do movimento de libertação deveria ser FRELIMO. A versão Frelimo só foi adoptada quando se criou o Partido Frelimo. Contudo, para facilidade de leitura, usei a versão Frelimo ao longo de todo o livro.

In SAMORA UMA BIOGRAFIA de Iain Christie (1987)